

o semipresidencialismo é autônomo, sem margem de dúvidas, relativamente ao sistema presidencial. A responsabilidade política do primeiro-ministro perante o Parlamento é um fato da maior importância na caracterização dos sistemas de governo, o que o semipresidencialismo possui e que está necessariamente ausente no sistema presidencial. Mas é igualmente autônomo relativamente ao sistema parlamentar. A eleição popular do presidente da República e a consequente possibilidade de usar os significativos poderes políticos que a Constituição lhe confere, é outra situação ausente no sistema parlamentar, torna-se de relevante importância na caracterização do semipresidencialismo.

O senhor tem dito que o Brasil precisa de uma reforma política. Como seria?

O presidencialismo brasileiro é, muitas vezes, apontado como uma “fábrica de crises”: aponta a uma forte concentração de poder numa só figura, o que potencializa o risco de autoritarismo; favorece a possibilidade de crises institucionais graves causadas pelo desacordo entre o Executivo e o Legislativo; não apresenta os instrumentos adequados para evitar e superar crises políticas, uma vez que não existe a possibilidade de destituição legítima do presidente (no sistema presidencialista o presidente só pode ser removido legitimamente em caso de crime de responsabilidade, por meio de um procedimento complexo e traumático) e o governo acaba por se prolongar até ao final do mandato sem sustentação política e sem condições de governabilidade. Isso coloca o país em situação de paralisia e indefinição política, com elevados custos econômicos e sociais.

Nesse contexto, o semipresidencialismo é viável?

O semipresidencialismo pode se apresentar como uma alternativa viável, uma vez que permite a substituição institucional e não traumática de governos que perderam a confiança política. Em caso de perda de apoio popular e parlamentar, o governo pode ser destituído por simples voto de desconfiança. Além disso, no sistema semipresidencialista, o presidente é eleito por voto direto e universal e funciona como poder moderador das instituições. Por outro lado, o sistema presidencialista brasileiro (também denominado “presidencialismo de coalizão”) encontra o presidente obrigado a permanentes transações com diferentes bancadas parlamentares, o que leva a um fortalecimento do Congresso. A dimensão patológica dessa estranha inversão de rumo do presidencialismo brasileiro na gestão das coligações atingiu o clímax com os presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, que lograram forjar uma superbancada de apoio que ia desde partidos da esquerda

Divulgação



“O sistema presidencialista brasileiro (também denominado ‘presidencialismo de coalizão’) encontra o Presidente obrigado a permanentes transações com diferentes bancadas parlamentares, o que leva a um fortalecimento do Congresso”

“O alto preço da estabilidade e do fortalecimento do Presidente teria sido alcançado à custa do financiamento ilegal de partidos políticos e da distribuição de favores financeiros entre dirigentes políticos e partidos da coligação”

“A implementação do semipresidencialismo permite uma relação mais harmoniosa entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, além de permitir a participação das minorias no programa de governo”

até a partidos da extrema-direita. Esse tipo de coligações alargadas assenta em práticas de pork-barrel — políticas e mesmo prebendas gizadas à margem da lei e da moralidade pública. O alto preço da estabilidade e do fortalecimento do presidente teria sido alcançado à custa do financiamento ilegal de partidos políticos e da distribuição de favores financeiros entre dirigentes políticos e partidos da coligação.

O semipresidencialismo reduz a possibilidade de corrupção?

Ao permitir uma interação mais colaborativa entre os Poderes, o semipresidencialismo fomenta a atuação a partir da base normativa constitucional, desincentivando procedimentos informais que redundam na prática de atos pouco republicanos. Além disso, respeitar-se-ia a tradição brasileira de eleição direta para a Presidência da República, ao mesmo tempo que se evitaria a concentração excessiva de poder nas mãos do chefe de Estado. A implementação do semipresidencialismo permite uma relação mais harmoniosa entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, além de permitir a participação das minorias no programa de governo. Contribui, também, para uma redução das crises políticas, mesmo no caso em que não exista maioria que apoie o programa de governo, uma vez que existirá a possibilidade do governo de coabitação, pois é mais fácil trocar o governo e, até mesmo, o Parlamento, do que substituir um presidente por meio de um processo de impeachment. Por fim, a adoção do sistema semipresidencialista pode contribuir para reduzir a polarização política e uma menor ação do papel político do Supremo Tribunal Federal para

apaziguar as divergências entre o Congresso e o Governo, podendo o presidente da República funcionar como mediador ou árbitro no sistema político. Para que essa reforma tenha sucesso, é necessário resolver previamente a fragmentação do sistema partidário — é necessário primeiro alterar o sistema eleitoral, de modo a obter uma redução muito significativa do número de partidos, e só depois fazer a reforma do sistema político.

Enquanto o Executivo se submete ao Legislativo, o Judiciário brasileiro tem sido protagonista em debates sobre os problemas do país. Por que o STF, na sua visão, se tornou tão forte?

Penso que a força do STF advém, em grande medida, da qualidade dos seus 11 membros. São personalidades prestigiadas, com vida profissional e social relevante e, por isso mesmo, geradores de enorme respeitabilidade e prestígio. São os protagonistas do regime político-partidário que, inúmeras vezes, recorrem ao STF para dirimir conflitos e reduzir a conflitualidade.

Como vê os ataques dos bolsonaristas a ministros do Supremo Tribunal Federal e à própria Suprema Corte brasileira?

Com óbvia preocupação. Qualquer ataque a órgãos de soberania, seja ele qual for, e parta o mesmo de quem partir, não é bom para a democracia, enfranqueando-a e tornando-a mais vulnerável.

Na sua visão, o atentado a Trump fez dele um candidato imbatível nas eleições norte-americanas?

Imbatível, não sei, aliás ninguém sabe. Mas que o tornou ainda mais forte, com certeza que sim, pelo menos, é isso que as sondagens têm confirmado.

Kamala Harris tem mais possibilidades de derrotar Trump do que o presidente Joe Biden?

Pelo menos, pese um certo apagamento a que o seu cargo foi votado nestes últimos anos, Kamala Harris aparenta ser uma candidata menos vulnerável que Joe Biden. Se isso chega para derrotar Donald Trump, a que tudo tem corrido bem nos últimos dias, é uma incógnita cujo desfecho ninguém poderá adivinhar. A política é feita de surpresas e o que hoje aparenta ser verdade, amanhã pode não passar de uma mentira.

Acredita que uma eventual vitória de Donald Trump nos Estados Unidos fortaleceria o bolsonarismo no Brasil?

Aprendi ao longo dos anos que estou na política que um dos fatores que a caracterizam é a imprevisibilidade. Na política o 1+1 não somam necessariamente 2, tal como não se reduz a preto e branco.